



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

LICENÇA ÚNICA LU N° 005/2020 - SAMA

Vencimento em 04 de setembro de 2022

O Município de Presidente Lucena/RS, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Ipiranga, n° 375, Centro, Presidente Lucena/RS, através da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe confere as Leis Municipais n° 838/2012 e n° 839/2012, a Resolução CONSEMA n° 372/2018 e demais Resoluções pertinentes, Lei Complementar n° 140/2011 e Lei Estadual n° 11.520/2000, em observância ao teor do protocolo n° 580/2020, expede a presente Licença Única que autoriza a:

IDENTIFICAÇÃO

EMPREENDEDOR: Município de Presidente Lucena

CNPJ: 94.707.494/0001-92

Endereço: Rua Ipiranga, 375

Bairro – Centro

93.945-000 – Presidente Lucena/RS

EMPREENDIMENTO: Implantação ou Ampliação de Infraestrutura de Mobilidade - Acessos/ Viadutos/ Vias Municipais

CÓDIGO CONSEMA: 3457,00

Coordenadas Geográficas: -29.519133° -51.178007°

Endereço da atividade: Rua Três Mártires Rio-grandenses

Impacto Ambiental: Baixo

Com as Seguintes Condições e Restrições:

1. Esta licença não autoriza a supressão de vegetação;
2. A solicitação é de pavimentação asfáltica de uma rua com nove metros de largura, três metros de passeio de cada lado e 190 metros de extensão;
3. O projeto foi elaborado pelo Eng. Civil Cleiton Felipe Pinto CREA RS 233591 pela empresa AMA Topografia Ltda, sob ART 10898575;
4. O projeto apresentado está aprovado pelo Setor de Engenharia deste município;
5. Haverá licitação para a execução da pavimentação asfáltica da rodovia;
6. O gabarito da via foi definido conforme Plano Diretor Municipal, com declividade transversal de 2,00% do eixo pra as bordas e passeios com declividade mínima de 2,5% em direção a pista de rolamento;
7. O projeto foi concebido com pavimento flexível tipo Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ);
8. Foram previstos ao longo da via pavimentada a implantação de meios-fios de concreto pré-moldado com dimensões: 13x15x30 cm (peças de 1m) padrão Prefeitura Municipal de Presidente Lucena;
9. Os passeios serão aterrados e compactados, e sobre o aterro será executada uma camada de 5 cm de material granular. O piso será em bloco intertravado de concreto em conformidade com a NBR 9050:2004;
10. Haverá rampas para portadores de necessidades especiais nos locais indicados em projeto conforme NBR 9050:2004, e colocação de piso podó tátil na cor amarela com largura mínima de 20 cm;
11. Haverá sinalização vertical e horizontal que seguirão os padrões DENATRAN;
12. Deverá ser comprovado o destino da terraplanagem ocorrida caso não seja utilizada nos aterros com aproveitamento do próprio material proveniente das escavações;
13. O material coletado como *bota fora* deverá ficar por conta da empresa contratada;

Página 1 de 2
LU 005/2020



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

14. Em caso de necessidade de material mineral a ser utilizado nas obras do empreendimento, este deverá ser oriundo de local com licença ambiental de operação em vigência;

Quanto às restrições ambientais

15. Caso haja supressão de vegetação, deverá haver laudo de cobertura vegetal com ART de técnico responsável com Identificação dos possíveis corredores de fauna que são ou serão interceptados pela rodovia;
16. As áreas destinadas as Áreas de Preservação Permanente - APPs, deverão ser respeitadas de acordo com a Lei Federal 12.651/12;

Quanto à renovação da LICENÇA Única

17. Requerimento solicitando a renovação desta Licença;

- A renovação das licenças de uma atividade ou empreendimento deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente. Res. CONAMA 237/97¹
- Esta licença só é válida para as condições contidas acima e pelo período de dois anos a contar da presente data;
- Este documento perderá a validade caso os dados fornecidos pelo requerente não correspondam à realidade.
- Esta licença não dispensa nem substitui quaisquer Alvarás ou Certidões exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, nem exclui as demais Licenças ambientais.
- O requerente que deixar de atender a exigências legais ou regulamentares quando devidamente notificado pela autoridade ambiental competente no prazo concedido, visando à regularização, correção ou adoção de medidas de controle para cessar a degradação ambiental, de acordo com Decreto 6.514/08², estará sujeito a sanções e processos administrativos.
- Este documento deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização, para tanto deverá ser afixado em local visível.
- O não cumprimento de qualquer um dos itens estabelecido na presente licença implicará no cancelamento automático do presente documento.
- Esta Secretaria, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar licença e/ou autorizações expedidas;
- De acordo com a Lei 9.605/98³, a ausência de licenciamento ambiental é crime.

Presidente Lucena, RS, 04 de setembro de 2020.


Rodrigo Borusewsky – CREA RS 239722
Licenciador Ambiental
ART 10677808

¹ Critérios utilizados no licenciamento ambiental.

² Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências;

³ Lei dos crimes ambientais.